
El tratamiento del contenido informativo de la fotografía en la Archivística: algunas reflexiones

O tratamento do conteúdo informacional da fotografia na Arquivística: algumas reflexões

The treatment of photographic informational content in archival management: some considerations

Irisneide de Oliveira Souza SILVA (1), Mariângela Spotti Lopes FUJITA (2), Paula Regina DAL' EVEDOVE (3)

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Campus Universitário, CEP. 17525-900 – Marília/SP, Brasil, Caixa-Postal: 421. (1) irisneidesilva@yahoo.com.br; (2) fuji-ta@marilia.unesp.br; (3) sud_dove@yahoo.com.br

Resumen

En la sociedad contemporánea, la preocupación recurrente por el uso efectivo y la apropiación de la información ha exigido una maduración gradual de la Ciencia de la Información y su posicionamiento en nuevas áreas. En el campo de la Archivística, el tratamiento de las fotografías presenta todavía varias lagunas teóricas y metodológicas. Este estudio aborda las referentes al proceso de tratamiento del contenido informacional de los documentos fotográficos en archivos. A partir de un análisis de la literatura, se proponen diversas recomendaciones para mejorar la identificación, organización, representación, recuperación y acceso a los contenidos informacionales de las fotografías en fondos archivísticos.

Palabras clave: Archivística. Fotografías. Análisis de contenido. Organización. Representación.

Abstract

In the contemporary society, the recurring preoccupation about the effective use and appropriation of information has forced a progressive maturing of Information Science and its extension to new fields of study. In archival management, some gaps can be found concerning the treatment of photographs that have not been solved either theoretically or methodologically. This study approaches one of these gaps: the one related to the processing of the informational content of the photographic documents in archives. After a literature review, several recommendations are proposed regarding the identification, organization, representation, retrieval and access to the informational content of photographs in archives.

Keywords: Archival Science. Photographies. Content analysis. Organization. Representation.

1. Introdução

A sociedade da "Era da informação", fruto da globalização e do uso intensivo das novas tecnologias info-comunicacionais tem sido marcada pela crescente demanda informacional originada no seio do Estado e sociedade. Nessa conjuntura atribui-se ao arquivo a responsabilidade de promover a distribuição e o acesso universal aos conteúdos informacionais relativo ao patrimônio documental – do nível local ao global. Por um lado, o equacionamento dessa questão exige uma tomada de posição dos atores sociais envolvidos com o processo de tratamento, recuperação e acesso da informação e, por outro, conduz a Ciência da Informação para um amadurecimento gradual.

Sendo uma instituição coletora da cultura material, o arquivo possui a co-responsabilidade de recolher, proteger e tratar os documentos de forma que as informações neles contidas sejam recuperadas e acessadas pela sociedade contemporânea. Nos diferentes contextos de arquivos, o documento fotográfico faz-se presente

com a similaridade da informação e por meio de uma característica fundamental: seu significado é mutável com o passar do tempo (Smit, 1996). Moreira Gonzalez (1994); Smit (1996); Valle Gastaminza (1999); Robledano Arillo (2000) e Pinto Molina, Garcia Marco e Augustín Lacruz (2002) pontuam que os estudos da fotografia, primeiramente, referem-se ao domínio da Semiótica – na qual se realizam os trabalhos de Pierce (1978) e Barthes (1984). Estes teóricos inferem que com análises semiológicas a fotografia foi inserida no universo dos signos e, desde então, é concebida como documento de grande carga polissêmica, pois uma imagem permite várias interpretações. Este aspecto subjetivo e interpretativo torna difícil e complexa a tarefa da análise documental da fotografia nos arquivos, bibliotecas e museus.

Neste contexto, a fotografia enquanto fonte documental que ganha espaço nas pautas de discussão e reflexão no campo científico da Ciência da Informação desde 1970, período em que os teóricos iniciam o estabelecimento de critérios para a análise documental da fotogra-

fia. Como resultado desses esforços, tem-se a sistematização de conhecimentos acerca da análise de conteúdo da fotografia, sobretudo, na Biblioteconomia. No que tange a Arquivística, o documento fotográfico não possui normas ou regras que sistematizem processos que delimitem parâmetros para a realização do tratamento de conteúdo, sendo uma lacuna na área.

A distinção entre os métodos de tratamento dado aos documentos de arquivo tem sido uma inquietação que permeia os estudos da Arquivística contemporânea, notadamente nos trabalhos pós-década de 1950, dentre eles destacam-se do americano Schellenberg (1980); dos canadenses, Rousseau e Couture (1998) e; na literatura brasileira as obras de Bellotto (2004) e Paes (2007). Logo, verifica-se que subsistem discussões centradas no tratamento de conteúdo dos documentos fotográficos que propiciem subsídios satisfatórios para a identificação, organização, representação e acesso a informação imagética em fundos de arquivos. Preocupadas com a análise da fotografia no âmbito dos arquivos, Silva e Fujita (2007) verificam que os manuais clássicos utilizados para fundamentar e orientar as práticas aplicadas aos arquivos não apresentam um conhecimento sistematizado direcionado para o processo de tratamento da fotografia, uma vez que, de modo geral, defendem que os documentos fotográficos devem receber a mesma forma de tratamento determinada para documentos textuais.

Em virtude desta lacuna teórico-metodológica que permeia o tratamento de imagens fotográficas no âmbito dos arquivos, abordam-se as atuais concepções do tratamento de conteúdo do documento fotográfico na Arquivística, com vistas a um repensar sobre a prática profissional. Para tanto, o desenvolvimento do presente estudo possui como matriz teórica os estudos da Ciência da Informação que investigam o processo de tratamento documental da fotografia com base na análise de conteúdo de fotografias, bem como a literatura que fundamenta o processo de tratamento dos documentos na perspectiva da Arquivística. A partir do exame da literatura faz-se uma discussão reflexiva de modo a evidenciar os elementos que possam subsidiar a construção de um modelo para a análise de fotografias dentro do arcabouço teórico e metodológico da Arquivística.

2. A análise de conteúdo da fotografia

Desde o século XIX a problemática da fotografia vem sendo investigada nos mais diversos campos do conhecimento¹, em diferentes correntes de pensamento. A partir do exame da literatura

especializada, verificou-se a sua forte conexão com a Semiótica² desenvolvida por Charles Sanders Peirce e seguidores.

Na concepção de Aumont (2004) e Dubois (1994) uma imagem fotográfica é ao mesmo tempo universal e particular. A particularidade de cada imagem está relacionada ao poder de singularidade da fotografia amplamente discutido pela teoria peirciana, na qual, a fotografia como um objeto indiciário mantém uma conexão física com o seu referente, como traço de evidência do real. Para Barthes (1984) uma das funções da fotografia é informar, no entanto, a natureza dessa informação depende dos propósitos e interesses do emissor e do receptor. Então, o espectador é quem dá o sentido a imagem, a partir de sua percepção, a qual não é neutra. Nesta perspectiva, a representação da fotografia possui vários sentidos e múltiplos significados, os quais dependem da concepção de mundo do sujeito receptor que a interpreta, por envolver o contexto sociocultural e a ideologia, próprios de cada ser. Desse modo, o conteúdo de uma imagem varia conforme o contexto de sua produção, dos desejos de usos e dos valores que lhes são atribuídos pelo sujeito que se propõe a interpretá-la.

A representação icônica próxima da realidade requer do profissional um distanciamento máximo da fotografia como objeto de análise. No entanto, como é sabido, descrever objetivamente uma imagem é quase impossível. Diante desse fato, coloca-se a seguinte questão: Quais critérios devem ser priorizados pelo analista para representar e descrever o conteúdo da fotografia na perspectiva documental? A resposta para esta questão tem sido um verdadeiro desafio para os estudiosos no campo científico da Ciência da Informação.

Conforme os estudos recentes de Pinto Molina, Garcia Marco e Augustín Lacruz (2002), a análise de conteúdo consiste em isolar e decompor os elementos fundamentais da imagem fotográfica considerando suas variações até obter um resultado que possibilite a classificação dentro de um modelo formal. Para Moreiro Gonzalez (1994), Smit (1996), Valle Gastaminza (1999) e Robledano Arillo (2000), a análise documental da fotografia para fins documentais tem como objetivo primordial a recuperação dos documentos a partir de distintos critérios formais: morfológicos, temáticos e icônicos, geralmente normalizados.

Mediante análise da literatura especializada sobre a representação do conteúdo de fotografias, observou-se que, no processo de indexação de imagens, são utilizadas as categorias de

Lasswell: quem, onde, quando, como, complementadas pela proposta de Sara Shatford (1986): “DE específico”, “DE genérico” e “Sobre”. Na qual a categoria “DE genérico” – designa o referente genérico a partir da pergunta: A imagem é de quem? O “DE específico” – designa o referente específico, como nomes próprios obtidos com base na pergunta: De quem, especificamente, se trata? Enquanto a categoria do “sobre” – refere-se aos termos abstratos, sendo considerada como a parte mais interpretativa da análise de uma imagem e, por isso, requer “auto vigilância” do analista. Para Smit e Gonçalves (2005) o problema do “sobre” não invalida a proposta apresentada por Shatford (1986), e inferem que sua grade é importante para “roteirizar” a análise da imagem, particularmente, quando se trata de atribuir palavras-chave. Entretanto, é necessário adotar regras que regulem a indexação, por isso, no momento da análise da imagem, o analista precisa ter bom senso e segurança para determinar os limites de detalhamento. Esta é uma questão importante, diretamente ligada à missão da instituição, a política de acesso e ao uso e, paralelamente, levando-se em conta o público alvo.

Valle Gastaminza (1999) recomenda que para a análise de um documento fotográfico sejam considerados três aspectos diferentes: a denotação, caracterizada pelos elementos objetivos que aparecem na foto; a conotação, considerada subjetiva por envolver os elementos que aparecem e os que ela sugere, ou seja, refere-se ao que a fotografia sugere como aspectos religiosos, míticos e psicanalíticos, sendo o inconsciente e a ideologia – na verdade, é o que faz o leitor pensar e; o contexto no qual o documento foi produzido. Esta é uma das condições para o rompimento com a “teoria do espelho” ou da fotografia como reflexo da realidade.

Pinto Molina, Garcia Marco e Augustin Lacruz (2002) fazem uma abordagem aprofundada ao preconizarem que a análise de conteúdo da imagem precisa contemplar todas e cada uma de suas estruturas: representativa, abstrata e simbólica. A estrutura representativa ou superficial da imagem refere-se à realidade física, trata-se da representação da informação de forma direta, ou seja, do que se vê literalmente na foto. Enquanto que, a estrutura abstrata ou profunda dos documentos imagéticos refere-se à representação com base nos aspectos cognitivos e sensitivos. Por sua vez, a estrutura simbólica da fotografia alude ao sistema complexo de significados atribuídos e reconhecidos universalmente por uma determinada comunidade de usuários, tal como a linguagem e os números. Além disso, o processo de análise documental

da imagem fixa deve ser realizado a partir de quatro operações inter-relacionadas: a visualização – permite a identificação dos elementos técnicos que compõe a imagem; a denotação – estudo do que a imagem significa no contexto dos códigos socioculturais; a conotação – investigação de elementos que dão significado da imagem dentro de um contexto interativo e subjetivo e; a representação – operação que faz a síntese textual da informação a ser transmitida pela imagem de forma universal (Pinto Molina; García Marco; Agustín Lacruz, 2002).

Sendo assim, a análise representativa preocupa-se em descrever as técnicas de produção das imagens, sua localização no espaço-temporal, os seres vivos e suas ações. Em outras palavras, procura descrever o contexto geral, relacionado ao primeiro plano da composição recorrendo-se tão somente ao segundo quando este altere significativamente a informação registrada pelo primeiro. Portanto, a análise representativa pode ser comparada a análise de conteúdo morfológico, temático e icônico, já consolidada no universo das bibliotecas.

Considerando-se que na análise da estrutura representativa predomina a descrição denotativa, à descrição da estrutura representativa, abstrata e simbólica da fotografia documental exige objetividade do analista, cuja ação deve ser imune a qualquer juízo de valor. No entanto, deve-se levar em conta que uma imagem fotográfica dificilmente significa, de forma unívoca, um termo abstrato, uma vez que a descrição documental no universo dos arquivos preconiza o uso de termos concretos, deixando para o usuário a liberdade de atribuir os termos abstratos que lhe pareçam mais convenientes.

Entende-se que a discussão semiológica da fotografia é extremamente relevante para o reconhecimento dos níveis de códigos inerentes a própria fotografia. Já a discussão do referencial teórico-metodológico da análise de conteúdo da fotografia apresenta importantes contributos no que tange a definição de critérios que possibilitem a decomposição da imagem fotográfica, além de fornecer valiosos subsídios aos analistas no ofício de “ver”, “ler”, “analisar” e “representar” o conteúdo e contexto de produção das imagens fotográficas em sistemas manuais e automatizados, no âmbito dos arquivos e bibliotecas.

3. Algumas reflexões

A formação do conhecimento ocorre mediante um “[...] movimento contínuo de equilíbrio entre a aprendizagem duradoura e as aquisições decorrentes da experiência.”

Concebida como documento de natureza arquivística, a fotografia deve ser submetida aos mesmos processos de tratamento instituídos para os documentos textuais. Na condição de documentos probatórios ou históricos, os documentos fotográficos poderão ser utilizados para fins administrativos, científicos e históricos, bem como para a preservação e construção de memórias individuais e coletivas.

A despeito dos manuais clássicos e modernos da Arquivística defenderem um discurso segundo o qual todos os documentos de um fundo devem receber a mesma forma de tratamento designada para os documentos textuais, a literatura não deixa evidente, quais são os procedimentos a serem adotados no tratamento de fotografias no âmbito dos arquivos.

Durante o século XIX, a elaboração do princípio do respect des fonds (1841) por Natalis de Wally, a partir do qual se passou a defender o agrupamento dos documentos por fundos e; a publicação do princípio da proveniência no Manual for the arrangement and description of archives dos arquivistas holandeses (Muller; Feith; Fruin, 1940) demarcaram os alicerces sob os quais foi edificado o domínio teórico e prático da Arquivística. De acordo com o princípio do respect des fonds, os arquivos ou fundos de arquivos não devem ser misturados com outros de procedência diferente. O princípio da proveniência estabelece que o documento de cada arquivo ou fundo de arquivo deve manter a classificação e a ordem que a própria instituição lhe deu na sua origem, isto é, deve refletir a organização interna de cada instituição.

Na literatura arquivística a preocupação com a conceituação de fundo é bastante evidente. Para efeito dessa análise destacaremos algumas dessas definições para que possamos compreender o conceito de fundo presente na teoria da Arquivística. Conforme o Manual dos arquivistas franceses (1970, p. 22-23), o fundo é definido como

o conjunto de peças, independentes de sua natureza, de qualquer corpo administrativo, pessoa física, que reuniu orgânica e automaticamente, em virtude de suas funções e atividades.

No arcabouço teórico da Arquivística esta é a noção predominante evidenciando que o fundo é uma unidade “natural” formado “organicamente”, ao mesmo tempo em que procura demonstrar o caráter da acumulação cronológica dos documentos por uma pessoa ou instituição em decorrência de suas funções/atividades. Verifica-se que o conceito de fundo adotado pelos franceses é similar ao elaborado pelos arquivistas canadenses nos anos 90 (Bureau Candien

Des Archives, 1990, p. 4), cujo fundo de arquivo é entendido como sendo um

conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral, ou por uma família no exercício de suas atividades ou das funções”

Nessas definições, os termos “unidade natural” e documentos “organicamente” são essenciais para não confundir o fundo de arquivo com a coleção de arquivo, já que a mesma pode ser designada por Duchein (1977) e Rousseau e Couture (1998, p. 98) como “antifundo”.

Ao analisar as conceituações básicas de fundo nos manuais (3) e internacionalmente aceitas, Bellotto (2004) infere que as definições de fundo não apresentam contradições; ao contrário, apresentam uma harmonização que as reforçam, umas às outras. No seu entender (Bellotto, 2004, p.129-130):

O fator norteador da constituição do fundo é o órgão produtor, a origem do documento, o que ele representa no momento de sua criação. A entidade que o gerou, a razão pela qual foi criado e sua função, são fatores marcantes, mesmo que sua utilização, pelos pesquisadores, seja muito mais ampla, e até mesmo mais diversificada do que se poderia supor quando da produção da informação.

Com base na Arquivística contemporânea de origem espanhola, particularmente da Escuela Iberoamericana de Archivos de Madri, na qual se situa o estudo de La Torre Merino e Martin-Palomino y Benito (2000), considera-se que o tratamento documental na perspectiva da Arquivística deverá ser iniciado pela identificação do fundo. A identificação do fundo corresponde, em linhas gerais, à investigação profunda do sujeito produtor, de suas funções e atividades que deram origem à documentação produzida e acumulada. Nessa fase, o arquivista recorrerá as mais diversas fontes, tais como leis, decretos, estatuto do regimento institucional, publicações sobre a instituição e aos próprios documentos, produzidos e acumulados no exercício das funções e atividades, de forma que possibilite a reconstrução da história administrativa e institucional, verificando-se, sobretudo, as mudanças do percurso institucional. Em resumo, a identificação do sujeito produtor fornece elementos para as demais etapas do processo de tratamento do fundo, tal como a organização do fundo, com o estabelecimento do quadro de classificação e ordenação de suas séries documentais, além de fornecer as bases para sua posterior avaliação e descrição documental.

Durante a identificação do sujeito produtor, realiza-se também a identificação de tipologias

documentais. O conceito de tipologia documental ou unidade documental possui um sentido coletivo, sendo entendida como uma série, um conjunto de documentos, ou apenas uma peça documental. Vale lembrar que dentro da teoria Arquivística a série é tipológica e que, ao se identificar as tipologias documentais de um fundo, deve-se verificar quais as relações que os documentos fotográficos mantêm com outros documentos gerados em decorrência de uma mesma atividade. Desta forma, o conjunto de documentos de uma série, por sua vez, poderá compreender documentos de diferentes gêneros documentais (textual, fotográfico, etc.).

Os procedimentos teórico-metodológicos preconizados pela identificação do fundo possibilitam a realização de distintas tarefas, em que os resultados obtidos na fase de identificação: do sujeito produtor, do tipo documental, da delimitação de séries serão refletidos nas demais fases do processo – no arranjo e ordenação, para definição dos grupos, subgrupos, série e subséries do fundo. Estas, por sua vez, estarão representadas na descrição e normalização do fundo.

Em trabalho anterior, Silva e Fujita (2007), Silva, Fujita e Bizello (2009) verificaram que a obra de Schellenberg (1980) ao abordar a investigação dos atributos substanciais dos documentos com base na proveniência documental fornece alguns elementos que podem colaborar na construção de um modelo teórico e metodológico para descrição e representação que garanta a recuperação e o acesso aos conteúdos informacionais imagéticos no universo dos arquivos. Para Schellenberg (1980), os documentos de arquivos podem ser caracterizados tanto pela sua estrutura física como pela substância. Esta estrutura física está relacionada aos elementos ou caracteres externos dos documentos, a partir dos quais se descrevem o gênero, o suporte, o formato, o volume e a quantidade. Já as características relativas à sua substância se encontram tanto na proveniência quanto nas origens funcionais, na data, lugar da produção, assunto ou matéria. Esse caráter funcional é o mais importante, pois está ligado às atividades e funções que deram origem ao documento. Conforme Bellotto (2002) a substância é a essência, a razão de existir do documento, o conteúdo que o tornará único no seu contexto de produção e utilização. Observa-se que, tanto para Schellenberg (1980) como para Bellotto (2002), a substância dos documentos está diretamente relacionada à proveniência, ou seja, aos caracteres internos dos próprios documentos.

Conforme a lógica do raciocínio do método de descrição apresentada por Schellenberg (1980) quanto às características relativas à substância

ou essência dos documentos, o arquivista deveria utilizar-se do seguinte: *quem* para entidade/pessoa com a finalidade de descobrir a proveniência do documento; *como* para investigar qual função orgânica motivou a produção do documento; *quando* para a data da produção da unidade documental e; *onde* para determinar o lugar da produção da unidade documental. Neste entendimento, o método descritivo iniciava-se com a descrição da estrutura do documento, ou seja, com a investigação de caracteres externos.

Entende-se que essa etapa de investigação corresponderia à análise de conteúdo morfológico da fotografia abordada por vários autores (Moreiro Gonzalez, 1994; Valle Gastaminza, 1999; Robledano Arillo, 2000), no campo científico da Ciência da Informação. Defende-se que esse método de descrição que parte das características relativas à estrutura e da substância dos documentos poderá ser utilizado como um dos subsídios para a análise dos documentos fotográficos, visto que fornece os elementos básicos relativos à proveniência, ao mesmo tempo em que nos orienta na investigação dos conteúdos informacionais da fotografia na perspectiva da Arquivística.

Portanto, a análise dos elementos relativos à substância ou caracteres internos dos documentos fotográficos e dos outros documentos originados em decorrência da mesma função/atividade é essencial para a delimitação das séries, para o arranjo, a descrição, a recuperação e acesso das informações imagéticas em fundos de arquivos.

4. Considerações finais

O uso e a apropriação social dos conteúdos informacionais imagéticos para fins científicos passam, necessariamente, pelo crivo da representação do que a imagem mostra contextualizada no tempo e no espaço. Nessas condições, o receptor (no caso, o analista) faz a intermediação entre o objeto icônico e os outros sujeitos receptores que primam pelo acesso social da informação na sociedade contemporânea.

Apesar dos méritos da metodologia voltada para a análise de conteúdo, tal prática não poderá ser vista como o protótipo para o tratamento documental da fotografia nos parâmetros da Arquivística. Isto porque a Arquivística possui um método próprio fundamentado em princípios teóricos que devem ser considerados e respeitados no processo de tratamento dos documentos de um fundo. Uma proposta para o tratamento de fotografias na perspectiva arquivística deverá compreender o processo de tratamento, não só dos documentos fotográficos, como pre-

víamos inicialmente nessa investigação, mas todo o conjunto documental do fundo, visto que, na concepção Arquivística, os documentos fotográficos não podem ser tratados em separado dos outros documentos do mesmo fundo.

Portanto, acredita-se que os elementos fundamentais para a formatação dessa proposta sejam as bases teórico-metodológicas da Arquivística; os procedimentos metodológicos que preconizam o início do tratamento documental a partir da identificação do fundo, na qual se realiza a identificação do sujeito produtor e; o estudo da tipologia para a delimitação de séries. Entende-se que estes são elementos essenciais para o processo de organização, descrição, normalização, recuperação e acesso as informações imagéticas em fundos documentários. Nesta concepção, enfatizam-se os contributos de Schellenberg (1980) ao propor a análise dos atributos substanciais dos documentos com base na investigação da proveniência. Essa lógica de raciocínio outorga a identidade do método arquivístico porque se fundamenta na investigação das funções/atividades que geram os documentos, analisando a fundo sua origem orgânica.

Com base na literatura investigada defende-se que a natureza complexa da fotografia exige uma análise criteriosa por parte do arquivista. Isso implica saber “ver”, “ler” e “representar” a imagem icônica dentro de dois espectros: o micro – análise baseada nos critérios de decomposição da imagem tal como fora demonstrado na análise de conteúdo e; o macro – análise da fotografia com base no referencial teórico e metodológico.

Notas

- (1) Alguns dos estudos relevantes no campo da Semiologia - *Écrits sur le signe*, de Charles Sanders Peirce (1978), a *Câmara Clara*, de Roland Barthes (1984) e *O ato fotográfico e outros ensaios* de Philippe Dubois (1994); no campo da História; no campo da Sociologia - *Sobre fotografia e outros ensaios*, de Susan Sontag (2004); no campo da Antropologia - *Les Cahiers du Cinéma*, publicados na França na década de 70 e; na Psicologia Cognitiva (Aumont, 2004).
- (2) Isso porque, segundo Pinto Molina, Garcia Marco e Augustín Lacruz (2002) os estudos da imagem pertencem ao domínio da Semiótica – ciência que se preocupa em investigar os signos e as mudanças de seus significados.
- (3) Os manuais des Archives de France (1970, p. 23), da Associação dos Arquivistas Holandeses (1960, p. 9), de Vicenta Cortés Alonso (1979, p. 51), de Hilary Jenkinson (1922, p. 11), e Schellenberg (1980, p. 126).

Referencias

- Association des Archivistes Français. (1970). Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France. Paris: S.E.P.E.N., 1970.
- Aumont, Jacques. (2004). A imagem. 8. Ed. Trad. Estela dos Santos Abreu e Cláudio César Santoro. Campinas - SP: Papyrus, 2004. ISBN 9788530802349.
- Barthes, Roland. (1984). A câmara clara. Nota sobre fotografia. Trad. Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. ISBN 9789724413495.
- Bellotto, Heloísa, Liberalli. (2002). Como fazer análise diplomática de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto como fazer). ISBN 85-86726-46-X.
- Bellotto, Heloísa Liberalli. (2004). Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. ISBN 8522504741.
- Bureau canadien des archivistes. (1990). Comité de planification sur les normes de description. Les Règles pour la description des documents d'archives. Ottawa: Bureau Canadien des Archivistes, 1990.
- Duchemin, Michel. (1977). Le Respect des fonds en Archivistique: principe et problèmes pratiques // Gazette des Archives. 2:97 (1977).
- La Torre Merino, José Luis; Martín-Palomino y Benito, Mercedes (2000). Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, S.G. de información y publicaciones, 2000.
- Moreiro Gonzalez, José. (1994). Análisis de imágenes: un enfoque complementario. // Pinto Molina, M et al. Catalogación de documentos: teoría y práctica. Madrid: Síntesis, 1994. ISBN 9788477382379.
- Paes, M. L. (2007). Arquivo: teoria e prática. 7. reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. ISBN 852250220X.
- Pinto Molina, M.; Garcia Marco, F. J.; Augustín Lacruz, M. C. (2002). Indización y resumen de documentos digitales y multimedia: técnicas y procedimientos. España: Ediciones Trea, S.L, 2002. ISBN 8497040236.
- Robledano Arillo, Jesus. (2000). Documentación fotográfica en medios de comunicación social. // Moreiro, José Antonio (Coord.). Manual de documentación informativa. Madrid: Cátedra, 2000. ISBN 9788437617985.
- Rousseau, J.; Couture, C. (1998). Os fundamentos da disciplina arquivística. Trad. Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. ISBN 9789722014281.
- Schellenberg, Theodore R. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. 2. ed. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980.
- Shatford, Sara. (1986). Analyzing the subject of a picture: a theoretical approach. // Cataloging and Classification Quarterly. 6:3 (1986) 39-62.
- Silva, Irisneide de Oliveira Souza; Fujita, Mariângela Spotti Lopes; Bizello, Maria Leandra. (2009). O tratamento da forma e do conteúdo de fotografias em fundos de arquivos: pressupostos teórico-metodológicos. // Ibersid. (2009) 133-141.
- Silva, Irisneide de Oliveira Souza.; Fujita, Mariângela Spotti Lopes (2007). Aspectos teórico-metodológicos que envolvem a análise de conteúdo e de contexto de produção da imagem fotográfica como metodologias de tratamento do fundo FFC. // VII Congresso de Archivologia del Mercosur, 2007.
- Smit, W. Johanna. (1996). A representação da imagem. // Informare. 2:2 (Jul./Dez. 1996) 28-36.
- Valle Gastaminza, Félix. (1999). Documentación Fotográfica. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

Recibido: 2010-04-15. Revisado: 2010-07-02. Aceptado:
1010-07-06.

